

FORMAÇÃO CONTINUADA NA E COM A ESCOLA: REPENSANDO PRÁTICAS A PARTIR DE PROJETO EXTENSIONISTA NO COMPLEXO DO SALGUEIRO (SÃO GONÇALO/RJ).

Silvério Augusto Moura Soares de Souza - UFF (Brasil) samssouza@id.uff.br

André Antunes Martins - UFF (Brasil) andreamartins@id.uff.br

Viviane Merlim Moraes - UFF (Brasil) vivianemerlim@id.uff.br

RESUMO AMPLIADO

Nos últimos anos atuamos em escolas municipais e estaduais, em diferentes etapas da educação básica. O tempo presente - marcado pela desesperança, pelo sucateamento da educação pública, pelo desprestígio crescente do profissional da educação e pelas políticas produtivistas de desautonomização da escola - leva-nos a vivenciar um território educacional cada vez mais interditado ao exercício da democracia. Consequentemente, observa-se cada vez mais a impossibilidade de protagonismo docente, discente e comunitário na elaboração de projetos político-pedagógicos e propostas curriculares. As pautas históricas em defesa da educação pública, popular, estatal, gratuita, laica e de qualidade se encontram fragilizadas pelas empreitadas privatizantes, impulsionando a existência de cotidianos pouco adensados pelos movimentos coletivos. Contudo, fagulhas resistentes persistem e coabitam esses lugares, sempre na tentativa de reinventar possibilidades organizativas e pedagógicas. A composição com essas resistências requer aproximações e combinações de forças que se predisponham a novas dinâmicas de produções político-pedagógicas. Logo, seguindo a perspectiva anunciada desde a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada - CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2022), **a proposta de formação continuada que aqui defendemos designa esse encontro singular na/pela experiência e a produção de novos sentidos**, fundamentada na dialogicidade (FREIRE, 1996; 2003), na polifonia e nas múltiplas trajetórias profissionais e de vida.

Desejosos de articular uma ação de formação na e com os profissionais da educação básica e comunidade(s) das redes públicas de ensino, nos temas relativos à participação democrática nos cotidianos escolares, **propusemos a realização de**

encontros formativos a partir de alguns princípios que designamos como importantes, a saber:

- a. Caráter não obrigatório para a escola e/ou participantes, articulando-se diretamente com interlocutores nas/das escolas;
- b. Não se trata de *levar* conteúdos ou *pacotes* pedagógicos elaborados pela universidade ou organizações sociais, mas da valorização e produção pelos/nos encontros político-pedagógico-curriculares;
- c. Fortalecimento da(s) rede(s) escola-comunidade/universidade;
- d. Tempo preferencialmente longo a fim de estabelecer um processo de formação continuada e, ao mesmo tempo, desconstruir a perspectiva de formação como exposição/transmissão, em uma lógica produtivista e eficientista;
- e. Formação não unilateral, composta por múltiplos sentidos advindos das experiências dos cotidianos, dos saberes populares comunitários, da literatura e dos documentos oficiais e não oficiais;
- f. Metodologia horizontal/transversal, estabelecida, sobretudo, por meio de rodas de conversa/ações, onde hierarquias institucionais são minimizadas para a realização de estudos, debates, relatos de experiências, intervenções locais e registros escritos, orais, digitais etc.
- g. Constituição de redes, articulando territórios (a partir da noção geográfica e de pautas comuns locais) pelas demandas, atividades, lutas e intervenções pelo/no coletivo comunitário.

A atual escola na qual o projeto está sendo desenvolvido fica entre dois bairros com índices de pobreza altos - Itaoca e Fazenda dos Mineiros - ambos situados no Complexo do Salgueiro, município de São Gonçalo/RJ. De acordo com o projeto pedagógico da escola (EMCDA, 2013), as famílias do entorno são compostas por trabalhadores autônomos (informais), pescadores, catadores de lixo e domésticas, apresentando baixa escolaridade e acentuado índice de analfabetismo. A localidade não se encontra provida adequadamente de alguns serviços básicos como saúde, segurança, saneamento básico, água encanada, coleta de lixo, lazer e educação, itens estes de extrema importância para uma qualidade de vida da população local.

Nosso primeiro contato formativo com a escola foi antes da pandemia. Privilegiamos as rodas de conversa, concretizadas a partir de temas variados e do interesse do coletivo, tendo como eixo a participação democrática ampla e plural e, consequentemente, a perspectiva da qualidade escolar como algo que se vincula aos fluxos de saberes populares na relação com os saberes científicos, transformando-se mutuamente.

Com os anos de 2020 e 2021 e o desafio imposto pelo coronavírus, os encontros passaram ao formato remoto, por meio da plataforma *google meet*. Os debates ratificavam o compromisso com a reflexão sobre as práticas, a partir da realidade do processo ensino-aprendizagem remoto, com a limitação de acesso às tecnologias, sobretrabalho e exposição exacerbada do trabalhador da educação naquele cenário de pandemia e “distanciamento social”, além de tantas outras variáveis de caráter social, econômico, político e sanitário que caracterizam aquele drama (SAVIANI; GALVÃO, 2020). Para esse momento foram pensados dois caminhos: continuar com aquele cotidiano “remoto” da escola, ou ampliar as interlocuções com outros espaços.

Das rodas de conversa/ações derivamos uma segunda atenção relativa ao território (SOUZA, 2020). Este não poderia ser considerado pela fragmentação dos tempos e espaços escolares e comunitários, mas pela composição. Nesse sentido, buscamos articular escolas públicas locais próximas, assim como as redes de proteção e assistência, numa aproximação ao Conselho Tutelar, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a uma entidade comunitária voltada à garantia dos direitos das mulheres. Um tema bastante recorrente nesses nossos encontros foi a intersetorialidade.

Em relação à práxis docente da escola em questão, o movimento mais significativo desse processo foi quando os docentes resolveram sair da “zona de conforto” (palavras deles) e promoveram encontros de aprendizagens pela ruptura da disciplinaridade. A partir de discussões a respeito da incompletude do sistema de ciclos ao qual a escola faz parte, como elemento da rede municipal, articularam salas temáticas onde as questões/problemas atravessavam a ciência e as histórias de vida. Para um olhar desavisado pode parecer algo menor, mas foi um momento singular na medida em que se constituiu como caminho para novas e frequentes intervenções pedagógicas. Uma

inquietação mais explicitada e compartilhada se presentificou, traduzindo-se numa intervenção concreta.

No retorno da pandemia, alguns novos professores chegaram à escola. Houve uma proposta, entre outras, de realizarmos uma ida a determinados locais na comunidade como forma de vivenciar o território social-cultural. Conhecer o núcleo familiar comunitário do antigo lixão, o entorno do mangue e a questão ambiental, a igreja da Luz (local histórico que remonta ao período colonial) etc. Alguns desses locais hoje são de difícil acesso, visto a questão da violência urbana, mas considerou-se a possibilidade de uso do ônibus escolar, garantindo certa visibilidade e identificação de vínculos com a escola. Infelizmente, as ideias são mais intensas que as suas concretizações. Em boa medida, isto se dá pelas resistências culturais, pelas tensões geradoras de violência no território, pela limitação de recursos, pelas implicações políticas na região, pelas dificuldades relacionais em geral etc. Daí a importância de se privilegiar o sentido de coletividade.

Algumas considerações e conclusões preliminares podem ser aqui levantadas, a saber: o projeto ainda continua, não finalizamos, nem sabemos exatamente quando terá sua terminalidade, mas podemos argumentar que todos nós ficamos mais sensíveis e atentos aos nossos conceitos e práticas. O projeto e suas dinâmicas, pelas rodas de conversa/ações, modificaram-se em acordo com o momento, quer fosse no plano presencial ou virtual, pelos convidados das redes dos territórios ou pelas intervenções planejadas, traduzidas, experienciadas etc. Nossa projeto, de certa maneira, provocou o trabalho coletivo, fundamental para a vivência da democracia e para a efetivação da qualidade escolar significada pelo encontro comunitário (HOOKS, 2019; 2021). Nossa compreensão é de que a escola deve garantir formas colegiadas amplas e plurais e outras formas de participação direta para o efetivo compartilhamento das deliberações coletivas. Esses espaços democráticos do trabalho coletivo, bem em dissonância ao padrão produtivista, podem fazer a diferença na afirmação da educação que desejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **CNE/CP nº 2/2015**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1771

[9-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 24.set.2022

EMCDA. Projeto político pedagógico. São Gonçalo, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática de liberdade. Martins Fontes: 2019.

HOOKS, Bell. Ensinando comunidade. Uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia. A falácia do “ensino remoto”. In: **Universidade e Sociedade**, 67, p.36-49, jan.2021.

SOUZA, Renata. Cria da favela. Resistência à militarização da vida. São Paulo: Boitempo, 2020.